

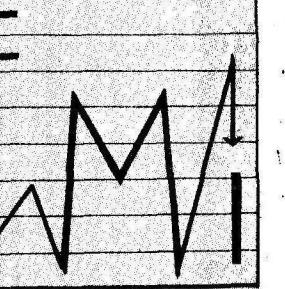
Prática só aumenta dúvidas sobre receitas do FMI

Nos três anos que se seguiram à quebra dos países endividados, resultados são piores que o previsto

ARNOLFO CARVALHO
Da Editoria de Economia

Três anos após a quebra dos grandes devedores latino-americanos, o Fundo Monetário Internacional realiza no próximo mês sua assembleia anual sob a suspeita de não ter conseguido nada além de adiar os problemas do endividamento externo e das crises internas das economias brasileira, argentina e mexicana. Nos três casos, o único exemplo de aplicação do programa de ajustamento do FMI foi o México, que conseguiu segurar a inflação à custa do arrocho salarial e do desemprego mas, agora, dá sinais de que precisará de uma nova renegociação da dívida externa de 96 bilhões de dólares.

O caso brasileiro é o que mais desmoralizou o FMI, ao ponto de se sucederem sete cartas de intenção sistematicamente descumpridas e, agora, uma interrupção na aplicação do programa trienal de ajustamento. A inflação de 99,7 por cento em 1982 subiu para 110,2 por cento no primeiro ano do acordo ampliado com o Fundo e al-



cançou 223,8 por cento no ano passado, apesar da pior recessão econômica neste período, mas houve um saldo "positivo": o País saiu do vermelho, arrochou o cinto internamente e conseguiu voltar a remeter 11 bilhões de dólares anuais aos bancos credores.

Com a Argentina, que há três anos saía derrotada da Guerra das Malvinas e precipitava a crise financeira internacional, as desculpas giraram em torno das mudanças políticas ocorridas com a queda dos militares e a eleição de Raúl Alfonsín. O acordo que os militares tentaram fechar rapidamente antes da deposição foi substituído por quase dois anos de negociações com o FMI, durante os quais o governo civil resis-

tiu às medidas recessivas exigidas pelos credores e empurrou o problema da dívida para adiante através de atrasos nos pagamentos e sucessivos empréstimos de emergência.

Com a inflação passando de 450 por cento ao ano, na virada política, para cerca de 1.100 por cento, o governo argentino adotou em meados de junho um programa econômico de "choque heterodoxo" que não só reduziu a inflação mensal de 30 por cento para 6,2 por cento no mês passado mas, também, deve receber o apoio do FMI e dos bancos credores. O acordo standby assinado no final do ano passado, e já descumprido, teria prazo para terminar em março próximo, mas provavelmente será prolongado. Somente após um ou dois anos é que se terá uma avaliação das consequências do novo tipo de ajustamento.

Responsáveis por uma dívida externa conjunta de 245 bilhões de dólares, estes três países "salvos" pelo FMI apresentam um traço comum: mesmo sem cumprir integralmente as receitas recessivas, com exceção do México, todos tiveram suas economias

orientadas para a redução dos investimentos e da demanda interna de forma a sobrar mais divisas para o pagamento dos juros aos bancos credores. A grosso modo, de 1982 até agora estes três devedores transferiram (ou protelaram os pagamentos) ao exterior cerca de 70 bilhões de dólares sob a forma de juros devidos, tornando-se uma taxa média de 10 por cento ao ano.

A conclusão é de que o ajustamento ortodoxo exigido pelo FMI — baseado no pressuposto de que o endividamento externo decorre do déficit público interno que por sua vez gera a inflação — orienta-se tão-somente pelos interesses dos bancos credores, que querem ver os países "renovados" pela terapia monetarista para assim manter os recebimentos de juros, enquanto rolam o principal. A velha acusação de que o FMI serve apenas ao interesse norte-americano comprova-se com a análise dos resultados dos diversos ajustamentos, não apenas no caso latino-americano mas, também, na experiência daquele organismo junto a países pobres da África.